



Revista de Economia e Agronegócio - REA
ISSN impresso: 1679-1614
ISSN online: 2526-5539
Vol. 16 | N. 3 | 2018

Aldenor da Silva Ferreira^{1*}
Sonia Maria Pessoa
Pereira Bergamasco²
Alfredo Kingo Oyama
Homma³

¹ Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campus de Naviraí, Naviraí - MS, Brasil.

² Universidade Estadual de Campinas, Campinas - SP, Brasil.

³ Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, Embrapa Amazônia Oriental, Belém - PA, Brasil.

* aldenor.ferreira@ufms.br

ESTADO E AGROINDÚSTRIA DE JUTA NA ÍNDIA: LIÇÕES PARA A AMAZÔNIA

RESUMO

Este texto analisa o desenvolvimento da agroindústria de juta na Índia e a importância das ações governamentais para a sua manutenção. Apresenta parte dos resultados de uma pesquisa de campo realizada no estado de West Bengal, cujo objetivo foi produzir novos conhecimentos acerca dos fatores que possibilitaram a grandeza desse empreendimento. As estratégias de investigação utilizadas constaram de uma revisão da literatura acerca do tema, da análise de documentos oficiais e, também, de visita às fábricas e às plantações. O desenvolvimento de toda a cadeia produtiva da juta na Índia está ligado diretamente às ações do Estado que, por meio do Ministry of Textiles e outras instituições públicas e privadas, atua fortemente no setor. No conjunto das ações estatais, a lei *Essential Commodities Act* e a lei *Jute Packaging Materials Act* tornaram obrigatório o uso de sacarias de juta para embalar as commodities agrícolas produzidas no país, criando demanda interna e externa para a juta e seus derivados. Portanto, analisar algumas ações do Estado indiano visa a fornecer subsídios teóricos e práticos para um possível projeto de revitalização da agroindústria de juta na Amazônia. O Estado como principal agente fomentador e protetor dessa atividade é a principal lição para a região.

Palavras-chave: Indústria; Juta; Políticas; Estado.

ABSTRACT

This paper analyzes the development of jute agroindustry in India and the importance of government actions for its maintenance. It presents part of the results of a field research carried out in the state of West Bengal, whose objective was to produce new knowledge about the factors that enabled the greatness of this enterprise. The research strategies used consisted of a review of the literature on the subject, the analysis of official documents and also a visit to factories and plantations. The development of the entire jute production chain in India is directly linked to the actions of the State, which, through the Ministry of Textiles and other public and private institutions, acts strongly in the sector. In all state actions, the Essential Commodities Act and the Jute Packaging Materials Act made it mandatory to use jute packs to pack agricultural commodities produced in the country, creating continuous demand for industry and agriculture. Therefore, to analyze some actions of the Indian state, aims to provide theoretical and practical subsidies for a possible project to revitalize the jute agroindustry in the Amazon. The State as the main promoter and protector of this activity is the main lesson for the region.

Keywords: Industry; Jute; Policy; State.

JEL Code: Q16; Q18.

Recebido em: 10/09/2018
Revisado em: 14/11/2018
Aceito em: 19/11/2018

INTRODUÇÃO

Este texto analisa o desenvolvimento histórico da agroindústria de juta¹ na Índia, elencando os principais fatores que contribuíram para a grandeza desse empreendimento naquele país. Trata-se de um estudo inédito no Brasil, realizado com o objetivo de contribuir para um possível projeto de revitalização da cadeia produtiva das fibras vegetais de juta na Amazônia. A principal inovação está na amplitude da pesquisa de campo, realizada nos estados do Amazonas e Pará e, também, no estado indiano de West Bengal, regiões de maior produção de fibras de juta nos dois países, respectivamente.

A partir do levantamento de dados feito in loco, foi possível realizar algumas comparações acerca dos elementos históricos, políticos e sociais que cercam a produção de juta nos dois países, trazendo novos conhecimentos para qualificar o debate sobre uma possível revitalização da agroindústria da juta na Amazônia, uma das maiores e mais bem-sucedidas experiências agroindustriais vividas no Brasil no século passado, mas que, no presente, tem declinado vertiginosamente.

Especificamente no estado do Amazonas, a produção de fibras, primeiramente de juta e posteriormente de malva, foi, por um longo período, a atividade responsável por expressivo percentual na formação da renda do estado, pois o valor de sua cultura representava 20% da receita do setor primário, empregando 51% da população amazonense desse setor (IFIBRAM, 1976; NODA, 1985). Outro ponto relevante diz respeito ao setor industrial de aniagem brasileiro, que teve, no período de 1978-1980, 25% de sua capacidade instalada no estado do Amazonas, empregando, segundo a Comissão Estadual de Planejamento Agrícola (CEPA-PA, 1978), mais de três mil pessoas entre operários, técnicos administrativos e diretores (NODA, 1985). Ademais, processava cerca de 30 mil toneladas/ano à plena carga.

De acordo com Pinto (1966), havia, no ano de 1962, cerca de 48.688 hectares plantados de juta nos estados do Amazonas e Pará. Verificando-se a média de um hectare por pessoa e, levando-se em conta a média de cinco pessoas por família, o autor afirma que havia cerca de 203.440 trabalhadores que dependiam da jicultura nesses estados. Nesses termos, pode-se afirmar categoricamente que nunca houve, no estado do Amazonas, agroindústria mais forte como a da juta.

Mas o que teria causado esse tão formidável crescimento econômico? Quais os fatores que possibilitaram o sucesso desse empreendimento? O que teria ocorrido de diferente nos estados do Amazonas e Pará em relação a outros

¹ A juta *Corchorus capsularis* L. e *Corchorus olitorius* L. é uma planta exótica cujo centro de origem pode ser a África e a Ásia. As primeiras tentativas de cultivo no Brasil ocorreram no Rio de Janeiro e em São Paulo no final do século XIX e início do XX, mas sem êxito comercial. Apenas na Amazônia ela foi aclimatada com sucesso, mais especificamente, em 1934, pelas mãos do colono japonês Ryota Oyama, que, com seu feito, mudou a face da agricultura nos estados do Amazonas e Pará até a década de 1980 (FERREIRA, 2016).

estados brasileiros como São Paulo, onde esse tipo de agroindústria já havia sido experimentado, recebendo para isso todo apoio político e científico da época? Ou ainda nos estados do Espírito Santo, Amapá e Minas Gerais, onde também houve produção de juta, mesmo que por um curto período? Por fim, como uma agroindústria que estava montada, consolidada, estruturada, com mercado garantido, declinou de tal forma a ponto de quase desaparecer da região? Certamente, o apogeu e o declínio da agroindústria da juta na Amazônia são multifatoriais, estando ligados necessariamente a determinadas conjunturas políticas e econômicas pelas quais a Amazônia passou no transcorrer do século XX. Não é cabível, nesse espaço, um aprofundamento da análise acerca dos diversos fatores que causaram o apogeu e o declínio da agroindústria da juta na Amazônia. Com efeito, é possível listarmos, de forma resumida, os principais.

O primeiro fator que possibilitou o êxito da cultura da juta na Amazônia foi o processo de imigração japonesa que ocorreu no município de Parintins (AM) na década de 1930. Se, na região Sudeste, a grandiosidade da lavoura cafeeira da primeira metade do século XX foi o principal fator para a atração de imigrantes, na Amazônia, a depressão econômica ocasionada pela diminuição considerável da produção de borracha, fato que se acentuou na década de 1920, foi uma das principais causas para facilitar a entrada deles, fundamentalmente imigrantes japoneses.

As lideranças políticas dos estados do Amazonas e Pará viam, na chegada desses imigrantes, bem como nas relações comerciais que seriam estabelecidas com as empresas do Japão, uma grande oportunidade de negócios, um caminho auspicioso para reerguer a economia da região, a partir da exploração de suas riquezas naturais². Nesse sentido, o processo de emigração japonesa para o Brasil, de maneira geral, e para a Amazônia, de forma específica, foi construído em decorrência da vontade mútua por parte dos governos e de empresários de ambos os países, para dois objetivos: assegurar a expansão capitalista e a tranquilidade doméstica nas duas nações. Esses objetivos foram manifestados em um programa coerente de emigração para a expansão do comércio internacional e garantia da ordem nacional, em ambos os países (HOMMA, 2010). No Japão, esse programa foi traduzido como uma campanha concertada por agências e funcionários governamentais, empresas e bancos para exportar pessoas e capitais para o Brasil.

Os outros fatores que contribuíram para o êxito da cultura da juta foram: 1) a chegada do Estado Novo e o advento da Segunda Guerra Mundial. A implementação de uma política de substituição das importações por meio

² No caso do município de Parintins (AM), o projeto de imigração obteve êxito devido ao pioneirismo de Tsukasa Uyetsuka. Ele organizou um modelo *sui generis* de colonização, iniciado com a fundação da *Kokushikan Koutou Takushoku Gakkou* (Escola Superior de Colonização) em Tóquio, fato que possibilitou o recrutamento de jovens japoneses que ficaram conhecidos como *koutakusseis* e que foram enviados para a colônia instalada no município amazonense. Em Parintins, chegou, no dia 19 de novembro de 1933, juntamente com sua família, o colono Ryota Oyama. Ele não era um *koutakusseis*, mas a sua chegada muda a história econômica de toda a região amazônica, pois é pelas suas mãos que a juta é aclimatada (FERREIRA, 2016).

da consolidação da indústria nacional, feita durante o governo Getúlio Vargas (1932-1954), favoreceu muito a atividade; 2) no que tange à Segunda Guerra, esse acontecimento trouxe consequências diretas para a comercialização de fibras produzidas na Ásia, cujo principal produtor, a Índia, ainda não havia sido dividida e era, naquele momento, uma colônia inglesa; 3) a abundância de terras livres nas áreas de várzea, propícias para o cultivo dessas *Tiliaceae*, tanto no Amazonas quanto no Pará; 4) a disponibilidade de mão de obra liberada do monoextrativismo da borracha, acostumada com o trabalho pesado dos seringais; 5) a elevação dos preços das fibras de juta e seus derivados no mercado internacional, ocasionada pelas dificuldades de importação e exportação impostas pela Segunda Guerra Mundial; 6) a capacidade de trabalho dos ribeirinhos amazonenses e paraenses, que aprenderam rapidamente, pelo processo *learning by doing*, a lidar com a juta, em uma época em que inexistiam os serviços de extensão rural na região; 7) a presença da indústria em cidades polo como Manaus, Belém, Parintins e Santarém.

Por cerca de 40 anos a cultura da juta protagonizou o maior êxito de uma agroindústria na região amazônica. Todavia, o declínio bateu à sua porta e entre os principais fatores que contribuíram para esse enfraquecimento estão: 1) os grandes projetos implementados na região, fundamentalmente no período do regime militar³, por exemplo, a abertura de grandes eixos rodoviários, como a rodovia Transamazônica, a Manaus/Porto Velho e a Manaus/Boa Vista, que foram responsáveis pelo deslocamento de grande massa de trabalhadores das áreas de várzea para as áreas de terra firme; 2) a implantação da Zona Franca de Manaus (ZFM), hoje Polo Industrial de Manaus (PIM), que drenou bastante mão de obra do interior para a capital; 3) a falta de incremento tecnológico para a extração das fibras e a produção de sementes; 4) o descompasso entre o setor fabril e o setor de produção agrícola; 5) as inovações tecnológicas da segunda metade do século XX no campo do transporte e armazenamento de grãos em silos, e o surgimento do polipropileno, que proporcionou a criação de embalagens plásticas e de nylon; 6) o desmonte do aparato institucional, técnico e científico que cuidava do setor.

De todos os fatores, aqui assinalados, que contribuíram de maneira substancial para o declínio da cultura de juta na Amazônia, certamente, o principal está ligado ao abandono governamental do setor, pois, quando se analisa os principais fatores de queda de atividades agrícolas ou extrativistas, verifica-se que sempre há a presença de causas determinantes, tais como: o surgimento de pragas e doenças incuráveis que afetam as plantas, condições desfavoráveis de mercado, incapacidade de evoluir tecnologicamente, etc. Não há, na historiografia relacionada à lavoura da

³ O desenvolvimentismo e o nacionalismo de Getúlio Vargas continuaram no período militar, com grandes investimentos em infraestrutura na Amazônia, mas, ao contrário do primeiro, as grandes intervenções contribuíram sobremaneira para o deslocamento das populações que habitavam as áreas de várzea para a terra firme, afetando significativamente o quadro de mão de obra disponível na região para atuar na lavoura da juta (FERREIRA, 2016).

juta, o registro de pragas devastadoras e doenças incuráveis, como a que ocorreu na lavoura de pimenta-do-reino no Pará, cujo fungo *Fusarium* até hoje não foi definitivamente controlado e continua diminuindo a vida útil das pimenteiras do estado.

Com relação ao mercado de fibras, ele sempre existiu e continua existindo; o consumo do Brasil é de cerca de 20 mil toneladas de fibras por ano. Quanto à capacidade de evoluir tecnologicamente, essa questão é a mais problemática, não por conta do fato de que seja impossível mecanizar a lavoura, mas sim pela falta de investimentos e continuidade das pesquisas e dos projetos. A análise de documentos oficiais revelou que todas as vezes que protótipos de máquinas descorticadoras surgiram, e alguns de maneira promissora, os projetos foram abandonados por falta de investimentos ou foram incorporados nos demagógicos discursos políticos, sendo utilizados em campanhas eleitorais como produtos acabados sem de fato estarem e, devido a essa condição, logo abandonados pelos agricultores.

Diferentemente da Amazônia, cuja aclimação e posterior cultivo remetem à década de 1930, a cultura de juta na Índia refere-se a tempos imemoriais. Conforme Wright et al. (2012), descobertas no campo da arqueologia botânica têm revelado a presença de tecidos de juta no subcontinente indiano que datam de, pelo menos, dois milênios antes de Cristo. A roca e o fuso já faziam parte da realidade produtiva dos habitantes de Bengala muito antes da chegada dos colonizadores britânicos. Todavia, o desenvolvimento da indústria moderna está intrinsecamente ligado à colonização britânica, cujo elo é a cidade de Dundee na Escócia, onde nasceu a indústria da juta em 1838. A cultura da juta na região de Bengala foi potencializada ainda mais a partir das importações feitas por Dundee, a começar desse ano.

A mudança substancial ocorreu a partir de 1855, com a inauguração das primeiras fábricas têxteis para explorar as fibras de juta em Calcutá. A datar desse ano, a cidade escocesa de Dundee – que fora chamada de “a casa da juta no Ocidente” e que teve a primazia de utilizar o tear mecânico –, paulatinamente passou a enfrentar a concorrência dos produtos manufaturados produzidos pelas indústrias indianas e de outros países e, apesar de se manter na liderança do mercado por todo o século XIX e início do XX, perdeu a exclusividade da produção de manufaturados de juta.

Uma questão importante para o entendimento do processo de deslocamento de grande parte dos investimentos feitos na indústria da juta de Dundee para Calcutá tem a ver com a dinâmica do próprio capitalismo e sua constante busca pela redução de custos e obtenção de lucros sempre crescentes, assim como os desdobramentos do processo de colonização da Índia pelo Império Britânico na segunda metade do século XIX e início do século XX. Marx (1953) afirma que a oligarquia manufatureira britânica logo descobriu que a transformação da Índia em um grande país produtor tornara-se de vital importância para ela e, para alcançar esses fins, acima de tudo, era necessário dotá-la de meios de comunicação e outras infraestruturas. Depois de 1848, grande soma de capital britânico foi

investida na Índia, com a finalidade de construir estradas de ferro e infraestruturas de comunicação.

A abertura do Canal de Suez, inaugurado em 17 de novembro de 1869, é que possibilitou o surgimento de uma nova rota entre a Europa e a Ásia Meridional, reduzindo, dessa forma, a distância marítima entre o continente europeu e a Índia em cerca de 7 mil quilômetros. Com isso, o intercâmbio comercial entre a Inglaterra e a Índia foi ainda mais potencializado. Nesse cenário, diversas indústrias, como as de algodão, mineração de carvão, papel, ferro e aço, que surgiram nessa época, se estabeleceram na Índia. Nessa conjuntura de deslocamento de segmentos industriais para as colônias, os chamados “barões da juta” de Dundee, que desde 1851 já vinham traçando planos para investir seus capitais nesse tipo de indústria no território indiano, perceberam, de forma definitiva, que seria mais vantajoso estabelecer manufaturas de juta onde a planta era cultivada abundantemente. Nesse sentido, por volta da segunda metade do século XIX, quando a indústria de Dundee começou a enfrentar a concorrência de outras indústrias instaladas em países de economia forte, como os Estados Unidos, o imperativo da redução de custos se transformou em uma meta a ser alcançada e a indústria tomou “o caminho da Índia”, visto que, agora, o país passava a dispor de infraestrutura capaz de abrigar uma grandiosa indústria.

Nesse primeiro momento, os fatores que possibilitaram o desenvolvimento da indústria de juta na Índia – cujo centro inicial foi a cidade de Calcutá – foram os seguintes: 1) a abundância de carvão na região, fato que tornaria os custos de geração de energia oriunda do vapor mais baratos; 2) a proximidade com as áreas de produção, o que resultaria na redução dos custos de transporte da matéria-prima; 3) a localização ideal da cidade para o transporte dos produtos em direção ao mercado mundial; 4) a Guerra da Criméia (1853-1856), quando o fornecimento de linho e de cânhamo da Rússia, principal produtor e exportador desse produto naquele período, foi interrompido, causando sérios problemas para a indústria têxtil de Dundee; e 5) a possibilidade de barateamento dos custos com mão de obra, fato que daria a essa indústria competitividade em um mercado agora disputado por outros países.

Contemporaneamente, o fator determinante para a manutenção dessa poderosa indústria perpassa as ações políticas estatais direcionadas ao setor. O Estado nacional indiano, após a independência, conduziu sua economia pelo caminho da planificação. O exercício de desenvolvimento do país começou em 1951 com a criação de programas econômicos nacionais centralizados e integrados a partir da formulação e implementação dos Planos Quinquenais, sob o comando de Jawaharlal Nehru (1889-1964), líder da ala socialista no Congresso Nacional Indiano e primeiro governante da Índia após a independência. No conjunto das ações estatais, visando à manutenção e à ampliação da agroindústria da juta, duas medidas foram extremamente importantes e até hoje são fundamentais para a existência dessa atividade no país. Trata-se das leis denominadas *Essential Commodities Act*, de 1º de abril de 1955, e *Jute Packaging Materials Act*, de 9 de maio de

1987. Essas normas tornaram obrigatório o uso de sacarias de juta para embalar as commodities agrícolas produzidas no país. Com o apoio dessas e de outras ações, a agroindústria da juta na Índia conseguiu se manter e, mesmo com certos períodos de instabilidade, sustentou o domínio do mercado mundial. Nesses termos, é possível dizer que a mão do Estado foi e continua sendo bem visível no setor, apoiando não só os agricultores – com subsídios na produção e compra de sementes, garantia de preço mínimo e de compra da safra –, mas também a outra ponta do processo, a indústria, criando, por meio das leis citadas, demanda interna e externa para as fibras de juta e seus derivados.

A EVOLUÇÃO DOS NÚMEROS DA INDÚSTRIA DA JUTA INDIANA

A história da indústria da juta na Índia começa em 1855. Nesse ano, George Ackland, proprietário de plantações de café no Sri Lanka, antigo Ceilão, e membro não oficial do Conselho Legislativo daquela ilha, criou a Ishera Yarn Mills Company perto de Serampur, hoje, região metropolitana de Calcutá. Essa fábrica foi chamada posteriormente de Ishera Company Limited e, finalmente, denominada Wellington Mills. Quatro anos mais tarde, em 1859, a Borneo Company Limited – fundada em Londres em 8 de maio 1856, tendo sido originalmente criada para explorar o comércio na ilha de Bornéu –, estabeleceu fábricas conhecidas como Baranagar Jute Mills e, em 1863-1864, Gouripur Jute Factory. A partir desse momento, o processo de implantação de novas fábricas não parou mais e a indústria da juta indiana não demorou a despontar como a grande concorrente da indústria de juta da cidade escocesa de Dundee, tanto na capacidade de fiação quanto na de tecelagem. Em 1939, consolidou, de forma definitiva, a sua liderança, com um total de 68.377 teares instalados.

As fábricas indianas, sozinhas, supriram a demanda mundial dos diversos produtos oriundos da juta, tais como aniagem, fios e sacos. Esses tecidos de qualidade superior foram largamente exportados por essas indústrias, fato que deu a elas uma vantagem natural, fazendo da Província de Bengala e da sua capital, Calcutá, o centro mundial do cultivo e da industrialização da juta, fundamentalmente, a partir da segunda década do século XX. Com o monopólio da produção de juta bruta, a cidade chegou a produzir 97% do total da oferta mundial desse produto em 1945-1946, 60% da produção total de juta de toda a Índia (Chakrabarty, 1989).

A Figura 1 mostra a evolução da atividade industrial ligada à cultura da juta no território indiano, cujo crescimento foi contínuo até 1938. Dez anos depois, em 1948, houve uma queda acentuada. Esse declínio ainda era reflexo dos acontecimentos ligados à Segunda Guerra Mundial e às dificuldades que o comércio ultramarino enfrentou nesse período. Sendo uma indústria cujos principais produtos – aniagem, fios e sacos – eram exportados para o mundo inteiro, ou seja, produtos globalizados, a indústria da juta enfrentou muitas dificuldades nesse período. As dificuldades de exportação da juta indiana causaram a formação de um elevado estoque e, com o término do conflito, esse estoque passou a ser despejado nos mercados mundiais a preços baixos. Isso teve reflexos até no

Brasil, com seu governo proibindo, em 1947, a importação de juta da Índia, visando a proteger a indústria nacional e dando o impulso necessário para a consolidação dessa atividade na Amazônia.

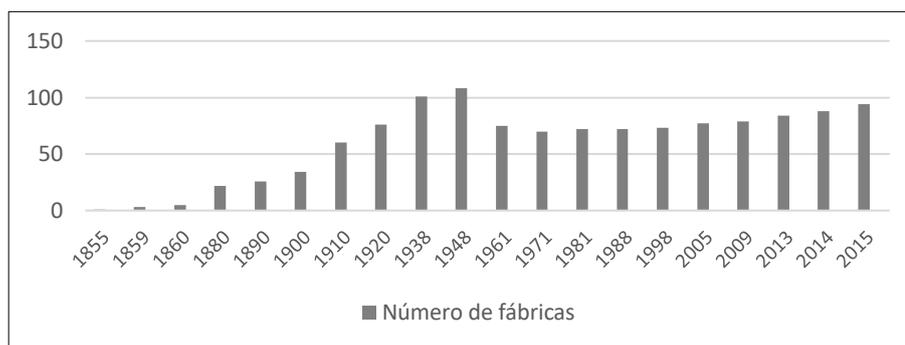


Figura 1. Evolução do número de fábricas de juta na Índia

Fonte: Gráfico confeccionado a partir de dados apresentados por Chaudhury (1921); Clark (1913); Roul (2009); Indian Central Jute Committee (1941) e Indian Jute Mills Association (2014).

As Figuras 2 e 3, por sua vez, trazem informações acerca da produção de juta bruta e da área utilizada para o cultivo. Se hoje há uma variedade de produtos oriundos da juta sendo comercializados pela Índia e por Bangladesh, no início das atividades industriais, o esteio da cadeia produtiva era a produção de sacaria e aniagem. Quando se analisa o contexto da produção de mercadorias oriundas da atividade agrícola, é possível entender o porquê disso. Grande parte das trocas comerciais realizadas entre os países, no contexto do século XIX e até mesmo no percurso da primeira metade do século XX, eram de produtos oriundos da agricultura, sendo quase tudo embalado em sacas de algodão (mais caras) ou de juta (muito mais baratas).

Na Índia, a demanda por juta bruta com a finalidade de produção de embalagem sempre foi constante, condição que permanece ainda hoje. De acordo com o Indian Jute Mills Association, em 2012-2013, 76,6% das fibras de juta foram utilizadas para a fabricação de sacarias: 13,2% para a produção de aniagem e 7,2% para a produção de fios lisos e retorcidos. O restante dos produtos foram: lona e encerado, com 1,9%, e outros que somaram 1%. As figuras mostram, ainda, que a produção de juta bruta sempre foi alta, apesar de forte queda no período de 1947 a 1966, mantendo-se acima das 600.000 toneladas anuais.

Com relação à evolução da área de cultivo, uma característica notável tem sido o aumento dos níveis de produtividade. Do final da década de 1960 até hoje, praticamente não houve mudanças no tamanho das áreas de cultivo, apenas pequenas variações. De acordo com o Relatório *Price Policy of Jute* (2011-2012), houve uma aceleração na taxa de crescimento e rendimento anual de cerca de 2%, durante a década de 2000, e de 1,2% ao ano, na década anterior. O relatório afirma, ainda, que a produção de juta em bruto na Índia se manteve praticamente estagnada em 11 milhões bales (180 kg cada),

durante os últimos dez anos, mas isso representa simplesmente cerca de 1.980.000 toneladas produzidas anualmente. Em termos comparativos, o Brasil produziu cerca de 75% disso, aproximadamente 1.400.000 toneladas, no período de 1935 a 1995.

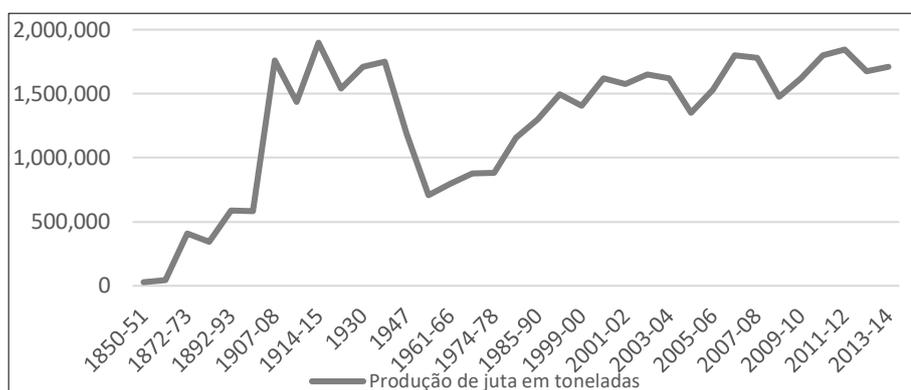


Figura 2. Evolução da produção de aniagem e sacaria

Fonte: Gráfico confeccionado a partir de dados apresentados por Chaudhury (1921); Clark (1913); Roul (2009); Indian Central Jute Committee (1941) e Indian Jute Mills Association (2014).

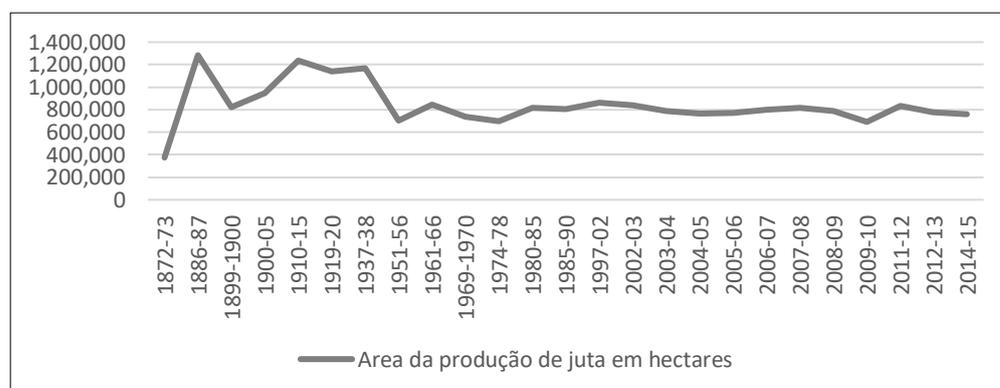


Figura 3. Evolução da área de cultivo (ha)

Fonte: Gráfico confeccionado a partir de dados apresentados por Chaudhury (1921); Clark (1913); Roul (2009); Indian Central Jute Committee (1941) e Indian Jute Mills Association (2014).

Se comparadas às indústrias de outros países, que simplesmente desapareceram, como a indústria de juta norte-americana ou mesmo a de Dundee, que se extinguiu totalmente em 2001, a produção e a industrialização da juta na Índia, mesmo com alguns períodos de declínio, sempre foram grandiosas. Com efeito, essa grandiosidade tem uma origem: o Estado e as suas políticas de proteção e incentivo para o setor.

O ESTADO E AS AÇÕES DE INCENTIVO À PRODUÇÃO DE JUTA

O Estado nacional indiano, após a independência, conduziu sua economia pelo caminho da planificação. O exercício de desenvolvimento do país

começou em 1951 com a criação de programas econômicos nacionais centralizados e integrados, a partir da formulação e da implementação dos Planos Quinquenais. De 1951 até o momento, a Índia teve 12 planos, mas, sem dúvida, o primeiro (1951-1956) foi um dos mais importantes, porque teve papel relevante no lançamento das diretrizes de desenvolvimento da economia indiana, apoiando fortemente a produção agrícola e também a industrialização do país. O plano tinha como metas principais o aumento substancial da produção agrícola, por meio da promoção da agricultura irrigada, de cultivos intensivos e da melhoria das práticas agrícolas, com o objetivo de aumentar as taxas de emprego no mundo rural e, assim, permitir uma maior oportunidade para os trabalhadores do campo. Por meio de medidas relacionadas ao processo de Reforma Agrária, parte dos trabalhadores rurais obteve maior segurança para produzir e a possibilidade de se tornar proprietário de suas terras.

No entanto, as diretrizes do primeiro plano não estavam restritas apenas à produção agrícola, mas havia também ações relacionadas à melhoria dos transportes e à instalação de indústrias próximas às vilas, ou seja, perto das unidades produtoras locais. O entendimento era de que, conforme a economia se desenvolvesse como um todo, um número maior de trabalhadores poderia ser atraído para as cidades, ficando longe, portanto, das unidades produtivas. Nesse sentido, para que tanto aqueles que se deslocassem para fora das vilas quanto aqueles que permanecessem nelas houvesse a possibilidade de obter emprego, era preciso que o desenvolvimento não privilegiasse apenas uma região, mas o país como um todo. A ideia era de que, com a indústria próxima das áreas produtoras, haveria maior benefício para os trabalhadores agrícolas.

Essa conjuntura política possibilitou à agroindústria da juta na Índia a estabilidade e, conseqüentemente, o domínio do mercado mundial. Os investimentos foram feitos nas duas pontas do processo, com proteção da indústria e subsídios para a lavoura. No conjunto das ações estatais, visando à manutenção desse setor, duas medidas foram extremamente importantes e até hoje são fundamentais para a existência dessa atividade no país. Trata-se das leis *Essential Commodities Act*, de 1º de abril de 1955, e *Jute Packaging Materials Act*, de 9 de maio de 1987. Há outros decretos e medidas tomados pelo governo indiano voltados para o setor da juta, mas entende-se que essas duas leis são as mais relevantes, pelo que serão analisadas a partir de agora.

Inicialmente, a *Essential Commodities Act* tinha por objetivo o controle da produção, do fornecimento, da distribuição e do comércio de determinadas commodities. A ideia era garantir a disponibilidade de produtos essenciais para os consumidores e, ao mesmo tempo, protegê-los de comerciantes inescrupulosos, garantindo o preço justo dos produtos. A competência relacionada à aplicação da lei estava a cargo de vários ministérios e departamentos do governo central e, também, ao abrigo dos poderes delegados aos governos estaduais e às administrações dos Territórios da União, que emitiam ordens para regular a produção, a distribuição, os preços e outros aspectos da negociação em relação às mercadorias

declaradas como essenciais. As principais commodities ou “bens essenciais”, de acordo com a lei, eram as seguintes: a) forragem para o gado, incluindo óleos e outras gorduras concentradas; b) carvão, incluindo carvão betuminoso e outros derivados; c) peças, acessórios e componentes de veículos; d) tecidos de algodão e lã; e) fármacos e cosméticos; f) gêneros alimentícios, incluindo sementes oleaginosas e óleos vegetais; g) ferro e aço, incluindo os produtos manufaturados; h) papel, incluindo papel de jornal, papelão e cartão; i) petróleo e produtos petrolíferos; j) algodão e juta em bruto. Entraram ainda na lista culturas alimentares, incluindo a cultura da cana e os diversos tipos de açúcar, e também doces de açúcar; açúcar khandasari⁴ ou qualquer tipo de açúcar bruto.

Atualmente, essa lista é bem menor. A partir das decisões da Conferência de Ministros realizada em 21 de maio de 2001, houve a recomendação para que o mecanismo de regulação por meio da *Essencial Commodities Act* fosse extinto. Não houve a extinção total, mas a quantidade de produtos diminuiu de forma considerável. O número de mercadorias essenciais que, na década de 1970, estava na casa dos 70 itens, no ano de 1989, foi reduzido para sete. Consequentemente, as restrições, como a exigência de licenciamento, os limites de ações e as limitações à circulação, foram removidas de quase todas as commodities agrícolas. Trigo, leguminosas e oleaginosas comestíveis, óleos comestíveis e arroz foram as exceções. Atualmente, apenas aquelas mercadorias consideradas essenciais para proteger os interesses dos agricultores e de grande parte do povo que está abaixo da linha da pobreza estão sendo mantidas ao abrigo da lei de commodities essenciais. Sendo um produto que estava e ainda está nessa lista, a produção de juta gozava e, até então, goza de certos benefícios, como o controle dos preços pagos aos produtores.

Com relação à lei das embalagens, ou a chamada *Jute Packaging Materials Act*, ela prevê a utilização obrigatória de materiais de embalagem de juta no fornecimento e na distribuição de muitas commodities essenciais, assim como cuida do interesse das pessoas envolvidas na sua produção e de assuntos correlatos. A lei definiu os tipos de mercadorias que deveriam ser acondicionadas em embalagens feitas de juta e, tomando por base a definição de commodities essenciais, propôs as seguintes: a) quaisquer commodities essenciais; b) qualquer artigo fabricado ou produzido por qualquer tabela relacionada à juta; c) material para embalagem, fios e telas de juta, tecidos, sacos de juta ou de qualquer outro material de embalagem que tenha pelo menos 75% do peso composto de juta.

A organização acerca da fiscalização relacionada à aplicação da lei ficou a cargo de um Comitê Consultivo Permanente, subordinado ao poder do governo central e responsável por verificar: 1) os níveis de utilização de material de juta; 2) a quantidade de juta bruta disponível; 3) a quantidade de material disponível de juta; 4) a proteção dos interesses das pessoas que se dedicam à indústria de juta e à produção de juta em bruto; 5) a necessidade de manutenção contínua da indústria de juta; 6) a quantidade

⁴ Um tipo de açúcar produzido no subcontinente indiano desde os tempos antigos.

de mercadorias para as quais, no seu parecer, seja necessária a utilização de embalagem de juta.

Assim como a lei das commodities essenciais, a lei das embalagens de juta também vem sofrendo modificações nos últimos anos, fato que tem perturbado bastante as indústrias e, principalmente, os agricultores. Em 2012, o então governo central, pertencente ao partido *United Progressive Alliance* (UPA), fez modificações na lei, que consistiram na flexibilização das porcentagens. Os grãos alimentícios, de acordo com a lei, deveriam ser embalados 100% em sacos de juta, mas com a mudança, a porcentagem obrigatória caiu para 20%. Para o açúcar, um dos principais consumidores de sacos de juta, a obrigatoriedade passou de 100% para 90%. No estado de Punjab, a flexibilização relacionada ao trigo e a outros grãos alimentícios foi reduzida para 3% do total de embalagens.

PROGRAMA DE PRODUÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE SEMENTES

De acordo com dados do Jute Corporation of India Limited⁵, atualmente na Índia, a área cultivada com juta é de cerca de 8,1 lakh (oitocentos mil e cem hectares). West Bengal detém 74% da área plantada total do país e cerca de 82% da produção nacional. Andhra Pradesh é o principal produtor de kenaf, com 41% da área total do país, que é de cerca de 1,5 lakh (cem mil e quinhentos hectares), seguido pelos estados de Orissa, Bihar e West Bengal. Por esses números grandiosos, a questão da produção de sementes é conduzida com bastante seriedade na Índia, e com base na área de cultivo de juta, a demanda atual de sementes no país é de cerca de 50 mil quintais (5 mil toneladas). Com efeito, muitas vezes, as sementes de boa qualidade, particularmente as certificadas, não chegam ao estado de destino em quantidades suficientes e no tempo certo. Ainda de acordo com o Relatório do JCI, também se observa que há muita variação no preço e que os problemas de disponibilidade aparecem em um ciclo de três a quatro anos, como aconteceu em 2005 e em 2009.

A produção de sementes certificadas é coberta apenas por cerca de 30% a 35% para a juta, e é realizada, principalmente, pela National Seeds Corporation (NSC), pela Maharashtra State Seeds Corporation (MSSC), pela State Farms Corporation of India (SFICI), pela West Bengal State Seeds Corporation (WBSSC) e por outras agências como a Andhra Pradesh State Seeds Development Corporation (APSSDC). Apesar desse aparato todo, com a participação dos setores público e privado, a produção e a comercialização de sementes de juta, às vezes, escapam ao controle das autoridades, e são colocados no mercado grãos de baixa qualidade. Em alguns lugares, a produtividade, o rendimento e, conseqüentemente, a remuneração dos agricultores têm sofrido retrocessos devido à utilização

⁵ Órgão criado em 1971, como agência oficial do Governo da Índia, com o objetivo de fornecer preço mínimo e suporte para os cultivadores de juta e, também, trabalhar como parceiro do setor de produção de juta bruta. Atualmente, o JCI está presente em sete estados com potencial de crescimento na produção de juta, como West Bengal, Bihar, Assam, Meghalaya, Tripura, Orissa e Andhra Pradesh (FERREIRA, 2016).

em grande escala de sementes não certificadas, o que gera lavouras fora do padrão, com grandes variações de produtividade, e acaba empobrecendo as plantações e contaminando-as – algo muito parecido com o que ocorreu no Amazonas quando os japoneses saíram do processo produtivo da juta: naquela oportunidade, houve uma propagação das chamadas “jutinhas”, com baixa produtividade, fruto da mistura de sementes de péssima qualidade.

As autoridades ligadas ao setor da juta estão se esforçando para aumentar o uso de sementes certificadas como forma de demonstrar aos agricultores que o uso desse tipo de semente pode proporcionar uma maior produtividade e, conseqüentemente, aumentar seus ganhos. Para isso, a estratégia é disponibilizar sementes certificadas para os agricultores a um preço ainda mais baixo do que o de sementes certificadas adquiridas com subvenções.

A meta do governo é fazer com que o uso de sementes certificadas se torne um hábito entre os agricultores, de modo que, mesmo após a retirada do subsídio, eles continuem usando apenas esse tipo de semente, eliminando, dessa forma, o uso de sementes clandestinas. Visando a atingir esses objetivos, o governo lançou um programa de apoio financeiro para a produção e a distribuição de sementes de juta certificadas, cuja execução ficou a cargo do JCI. Tal órgão passou a ser o responsável pela aquisição de sementes, através de produtores confiáveis, e pela distribuição, por meio de revendedores, utilizando a infraestrutura do Departmental Procurement Centres (DPCs), e Market Yards Committees, em todas as áreas de cultivo de juta, com o apoio financeiro do National Jute Board (NJB), do Ministry of Textiles.

De acordo com o Relatório do JCI, as metas desse programa foram: 1) expandir a área horizontalmente com a cultura de juta e de kenaf, quando a primeira for limitada, visando a alcançar o nível de produção mais elevado e, também, conseguir uma melhoria na qualidade da fibra por meio da utilização de sementes de juta certificadas de alta qualidade; 2) ajudar os agricultores, disponibilizando sementes de juta certificadas a um preço razoável, menor que o preço de sementes não certificadas; 3) aumentar o nível de diálogo com os agricultores por meio de comunicação apropriada, visando a instruí-los sobre os benefícios da utilização de sementes certificadas.

O Relatório prossegue dando as diretrizes de funcionamento do plano, que se estruturam em dez pontos: 1) o JCI emitirá proposta pública para a aquisição de sementes certificadas, visando a selecionar agricultores produtores de grãos para trabalharem no fornecimento dessas sementes; 2) o JCI fornecerá sementes certificadas de juta para os agricultores, na taxa subsidiada ao abrigo do regime, com o objetivo de garantir a disponibilidade oportuna de sementes de juta certificadas; 3) o JCI fará o arranjo necessário para a distribuição das sementes por meio de sua

CTD/Seed Dealers⁶/Panchayats; 4) o fornecedor tomará providências para que as sementes sejam fornecidas em ½ kg, 1 kg, 1 ½ kg, e em pacotes de dois kg. Quando necessário, para uma melhor distribuição pelos concessionários e pelo JCI, o preço subsidiado deverá ser impresso na face da embalagem; 5) para a distribuição adequada e oportuna das sementes certificadas de juta, o NBJ irá fornecer a seguinte assistência ao JCI – a) subsídios de pelo menos Rs. 40,00 (R\$ 2,40) por kg de sementes vendidas, que serão repassados aos agricultores, de modo que o preço das sementes JCI subsidiadas esteja em torno de Rs. 40,00 menor que o preço da semente da National Corporation e inferior que o das sementes não certificadas; b) o JCI irá prestar assistência de Rs. 10,00 (R\$ 0,60) por kg de sementes de juta adquiridas, para atender aos custos de carregamento das sementes relativos a quatro meses, acrescida de despesas/sobrecarga do JCI e da comissão dos concessionários; c) o JCI prestará assistência em relação aos custos de transporte e perdas (devido à revalidação) em estoque não vendido em base real, além das condições supracitadas; d) o JCI fará a comunicação com os agricultores para orientá-los acerca dos benefícios do uso de sementes certificadas e das melhores práticas agrícolas, mediante a realização de ampla campanha promocional através de diversos meios, destacando os benefícios de sementes certificadas, com objetivo de gerar conhecimento sobre a disponibilidade dessas sementes na taxa subsidiada pelo JCI –; 6) o JCI terá como objetivo a distribuição de pelo menos 2.000 quintais (200 mil quilos) ou mais, com base na resposta e na disponibilidade, de sementes de juta certificadas no âmbito do regime no primeiro ano; 7) o JCI irá apresentar pedidos acima de 80% da quantidade adquirida e recebida juntamente com os documentos de suporte de compra relacionados ao item 5(a); 8) as alegações relativas às partes restantes dos itens 5(a), 5(b) e 5(c) serão feitas pelo JCI somente após a conclusão da temporada de distribuição de sementes de juta, juntamente com o recebimento e a declaração de distribuição dos concessionários; 9) o NJB lançará comunicação aos agricultores das áreas de cultivo de juta por vários meios, visando a sua promoção e à sensibilização do produtor até 15 de janeiro de cada ano, continuando ao longo de toda a temporada de produção e distribuição de sementes; 10) uma comissão de análise, sob a presidência do Secretário do NJB, será formada para monitorar o regime e organizar reuniões de avaliação de tempos em tempos. A comissão examinará as questões relativas à adequação do subsídio, do mecanismo de distribuição de sementes, das matérias de publicidade e de todos os outros aspectos relacionados ao referido auxílio.

As políticas de subsídio para a aquisição de sementes, aliadas aos investimentos em melhoramento genético da cultura da juta, possibilitaram o crescimento da produtividade por hectare. O rendimento passou de 1.183 kg/ha em 1960-1961, para 2.183 kg/ha em 2003-2004. O aumento de

⁶ *Seed Dealer* é uma pessoa que, no distrito, oferece, por anúncio ou outra forma de compra ou venda, sementes, direta ou indiretamente aos produtores; contrata por negócio de compra ou venda de sementes, direta ou indiretamente com os produtores; ou aceita sementes dos produtores em regime de consignação direta.

produtividade continuou e, no ano de 2013-2014, finalmente duplicou, com West Bengal tendo o maior rendimento entre os estados indianos, com 2.650 kg/ha, contra a média de outros estados, que foi de 2.406 kg/ha em 2013-2014, segundo dados do Relatório da Commission for Agricultural Costs and Prices, Department of Agriculture & Cooperation (2012). Sem dúvida, essa foi uma grande conquista, tendo em vista as limitações que o cultivo da juta possui em West Bengal no sentido de disponibilidade de terras, visto que o estado não é muito extenso, pois conta apenas com 88.752 km².

O APARATO INSTITUCIONAL: DIFERENÇAS ENTRE BRASIL E ÍNDIA

O governo indiano sempre cuidou de maneira eficaz da cadeia produtiva da juta, e não só desta, mas também de outras culturas que produzem fibras, como o rami, o sisal, o algodão, o kenaf e o linho. O aparato tecnoburocrático para cuidar do setor é grandioso, a começar pelo Ministry of Textiles e outras instituições públicas e privadas que tratam exclusivamente da produção de fibras de juta e similares. O Quadro 1 apresenta informações acerca das instituições envolvidas na produção, industrialização e comercialização da juta na Índia.

O Brasil também contou com um grande aparato institucional, algo muito semelhante ao que existe hoje na Índia. Instituições criadas na Amazônia, não exclusivamente em função da cultura da juta, mas sim visando ao desenvolvimento da agropecuária de maneira geral na região, contribuíram bastante para o desenvolvimento dessa modalidade agrícola. Essas instituições desenvolviam seus trabalhos praticamente nos mesmos moldes das instituições indianas, dentre as quais destacamos: o Instituto Agrônomo do Norte (IAN), criado por Getúlio Vargas em 1939, que depois passou a ser Instituto de Pesquisa e Experimentação Agropecuárias do Norte (IPEAN), instituição ligada ao Ministério da Agricultura; o Instituto de Pesquisas e Experimentação Agropecuárias da Amazônia Ocidental (IPEAAOC); a Comissão de Desenvolvimento Econômico do Estado do Amazonas (CODEAMA); a Associação de Crédito e Assistência Rural do Amazonas e do Pará (ACAR-Amazonas e ACAR-Pará); a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER/AM); o Instituto de Fomento à Produção de Fibras Vegetais da Amazônia (IFIBRAM), entidade sem fins econômicos, criado em 1974 e mantido pelas 27 indústrias que atuavam no ramo de aniagem no país; a Escola de Agronomia da Amazônia, atual Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA); além da antiga Escola Agrônoma de Manaus, que também teve importante participação no processo de qualificação de mão de obra. O IFIBRAM tem funções semelhantes ao Indian Jute Mills Association, entidade de caráter privado com 130 anos de história e também mantida pelas indústrias de juta.

Todos esses órgãos supracitados, em um dado momento, realizaram pesquisas, fizeram relatórios, propuseram políticas visando à melhoria da produção, da comercialização e da industrialização da juta. Contudo, o que sempre marcou as ações político-administrativas dessas instituições foi o caráter cíclico das ações. Nesse ponto, surge uma diferença entre o Brasil e

a Índia. Lá, não houve a interrupção da ação dos órgãos ligados ao setor da juta e nem das políticas de subsídios, que continuam atuando firmemente no setor. Já as instituições brasileiras, foram extintas e/ou deram lugar a novas, que não prosseguiram com os trabalhos relacionados a essa cultura.

Quadro 1. Instituições indianas voltadas para o desenvolvimento da juta

INSTITUIÇÕES	ATIVIDADE PRINCIPAL
The Jute Corporation of India Ltd.	Agência que trabalha na estabilização do preço da juta, garantindo o preço mínimo, e dá apoio aos produtores dessa fibra.
The Jute Balers' Association	Reconhecida associação para a negociação da juta in natura.
The East India Jute & Hessian Exchange Ltd.	Reconhecida associação que cuida da regulamentação do comércio da juta em bruto e de seus produtos.
The Directorate of Jute Development	Tem a função de zelar pelo desenvolvimento da cultura da juta em bruto e pela aplicação de métodos científicos de cultivo a nível micro e macro.
Office of Jute Commissioner	Assessoramento governamental à indústria e ao comércio da juta em todos os assuntos relacionados com o desenvolvimento desse setor, visando à implementação das políticas governamentais.
National Jute Manufactures Corporation Ltd.	Cúpula para a gestão de todas as fábricas de juta nacionalizadas.
National Jute Board	Conselho Nacional da Juta, ligado ao Ministério dos Têxteis do governo indiano.
National Institute of Research on Jute and Allied Fiber Technology	Trabalha com diversas pesquisas tecnológicas sobre juta e outras fibras vegetais longas.
Indian Jute Mills Association	Organismo representativo da indústria de juta indiana.
Indian Jute Industries' Research Association	Setor de pesquisa e desenvolvimento da juta criado pelo Indian Jute Mills Association.
Gunny Trades Association	Associação reconhecida para o comércio de mercadorias de juta.
Forward Markets Commission	Comissão que cuida do futuro do comércio dos produtos da juta.
Department of Fiber Technology Calcutta University Institute of Jute Technology	Instituição que realiza capacitação de mão de obra para a indústria da juta e, também, desenvolve pesquisas visando à criação de novos produtos feitos de juta.
Central Research Institute for Jute & Allied Fiber	Trabalha com pesquisas e melhoramento genético da juta e de fibras similares.
Calcutta Jute Fabrics Shippers Association	Organismo representativo das transportadoras indianas dos produtos da juta.

Fonte: Pesquisa documental, 2014.

No Brasil, tanto os governos locais quanto o federal não estabeleceram políticas contínuas visando à proteção e ao desenvolvimento do setor como a Índia fez, subsidiando e investindo em novas tecnologias de melhoramento genético da juta e abrindo novos mercados para a juta e seus derivados. As ações, quando ocorreram, foram tangenciais. Na Índia, o Estado foi, e ainda é, o principal agente promotor de políticas que visam à proteção do setor e à manutenção dos mercados. O governo também financia institutos de pesquisas que cuidam do melhoramento da cultura e trabalham na criação de novos produtos. Na Índia, a agroindústria da juta

continua como uma das maiores geradoras de emprego. Trata-se de um setor estratégico para o país. Somados todos os 10 estados produtores, há mais de 1 milhão de trabalhadores empregados.

No Brasil, o abandono do setor da juta por parte do poder público estadual e federal, aliado a outros fatores, como a falta de incremento tecnológico em toda a cadeia produtiva, causaram o declínio vertiginoso dessa agroindústria. Um exemplo desse abandono estatal é o descaso com o material genético de juta que está caminhando para o desaparecimento entre os produtores de Alenquer (PA) – podendo até já ter desaparecido –, pois não consta como ação prioritária nos bancos de germoplasma da Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuárias (Embrapa). Se esse material for perdido, a Índia dificilmente cederá novas partidas de sementes de juta, questão bastante complexa atualmente no contexto da legislação acerca da biodiversidade brasileira e indiana.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Procuramos demonstrar ao longo do texto a importância dada pelo governo da Índia à cadeia produtiva da juta. A produção e a industrialização da juta se concentram no Nordeste do país, tendo como maiores produtores os estados de West Bengal, Bihar, Nagaland, Assam, Meghalaya, Odisha, Uttarpradesh, Andhrapradesh, Telangana e Tripura. No Brasil, a produção ainda ocorre de forma mais intensa no estado do Amazonas, e muito timidamente no Pará e na parte oeste do Maranhão.

A pesquisa de campo revelou que as diferenças entre os processos produtivos relacionados à cultura da juta amazonense/paraense e bengalês são praticamente inexistentes: as condições edafoclimáticas são idênticas; o parque industrial instalado tanto no Amazonas quanto no Pará não é inferior em termos de tecnologia de suas máquinas ao parque industrial bengalês; e o saber-fazer do trabalhador amazônico não difere em nada do saber-fazer do trabalhador bengalês. Nesse sentido, não há barreiras para um projeto eficaz de reativação da produção de fibras na Amazônia. A região possui totais condições para abrigar uma agroindústria pujante nos mesmos moldes da bengalesa, dado o estado de suas várzeas, áreas propícias para esse tipo de agricultura, a existência de mercado interno e, como dito, o saber-fazer do trabalhador varzeano.

Com efeito, se o processo produtivo para a obtenção das fibras de juta é semelhante, desde a lavoura até a indústria, é no que tange às políticas públicas de apoio ao setor que reside a diferença. Como dito, na Índia, “a mão do Estado” é bem visível no setor, apoiando não só os agricultores, com subsídios na compra de sementes e estabelecimento de preços mínimos, mas também a outra ponta do processo, a indústria, ao criar, por meio de leis e decretos, demanda interna e externa para as fibras de juta e seus derivados.

Além do apoio do governo federal e estadual, outro fator que contribui bastante para a grande produção de juta e seus derivados na Índia é a disponibilidade de mão de obra barata. A população atual do país é de 1

bilhão e 252 milhões de habitantes. Bengala Ocidental, o maior produtor nacional de juta, com 82% da produção, abriga uma população de 91.347.736 habitantes (7,55% da população da Índia), sendo assim o quarto estado mais populoso do país, de acordo com o *Census of India* de 2011. A densidade demográfica é de 1.000 hab./km² e 68,13% da população vivem na zona rural. A população inteira da Amazônia é menor que a do estado de Bengala Ocidental, onde, atualmente, existem 4 milhões de famílias trabalhando com a juta. Por esses números, não é possível competir diretamente com a Índia, nem mesmo os países que fazem fronteiras com ela e que também produzem bastante juta, como China, Myanmar, Paquistão e Nepal, conseguem. A juta faz parte do *ethos* do povo bengalês. Em Calcutá, é fácil ver pelas ruas o uso de utensílios feitos de juta, por exemplo, sacolas, sacarias, tapetes, enfeites e até mesmo o barbante que serve de varal para os jornais nas bancas. A demanda interna para os produtos de juta é altíssima.

Diante desse quadro, o melhor caminho para o Amazonas e/ou Pará seria o abandono da atividade? Certamente não. Se não há condições de superação da produção indiana de juta, aliás, isso nunca foi possível, mesmo no período áureo da atividade na Amazônia, o estabelecimento de novas estratégias de desenvolvimento da cadeia produtiva, com o aperfeiçoamento de tecnologias que possibilitem a diversificação dos produtos e melhorem o processo de extração das fibras, é importante para a manutenção e a ampliação dessa atividade na região.

Em tempos de crise econômica mundial, políticas públicas voltadas para a substituição de importações são estratégias de controle de saída de capital e de geração de emprego e de renda no campo, assim como nas cidades, por se tratar de uma agroindústria. Por ser um produto de grande versatilidade e inúmeras possibilidades, as fibras de juta e de malva se aproximam bastante dos critérios da sustentabilidade e, por conta disso, são portadoras de enorme capital ecológico. Diferentemente das fibras sintéticas derivadas do polímero extraído do petróleo, cujo processo de biodegradabilidade leva séculos para ser concluído, sendo, portanto, mais propensas a causar danos ambientais, as fibras de juta são a sua antítese. Além das características naturais das fibras, isso se dá por conta do processo industrial empregado, em que são utilizados apenas aditivos orgânicos e óleos vegetais, fazendo com que o produto final seja totalmente biodegradável e a embalagem utilizada, quando descartada, se desintegre completamente em pouco tempo, sem deixar qualquer resíduo no ambiente, ou seja, um produto que gera externalidades positivas. Além disso, é uma modalidade agrícola já internalizada no saber-fazer do trabalhador ribeirinho da Amazônia.

Além desses fatores, a cultura de juta é uma modalidade agrícola de baixa entropia com grande potencial de mercado, uma vez que pode ser utilizado o mesmo roçado por vários anos; os cultivos são realizados sem correção química do solo, pois os mesmos são anualmente fertilizados pelo acúmulo de sedimentos dos rios, que se dá a partir da hidrodinâmica do complexo Solimões/Amazonas; não há aplicação de agrotóxicos; não há megafazendas, a produção é familiar e a área média cultivada por

propriedade está na faixa de 1 a 4 hectares; e estes roçados são feitos em áreas já desmatadas, ou seja, sem a abertura anual de novas áreas, o que significa a preservação da mata ciliar e da floresta de várzea como um todo. Após a colheita, a cheia se encarrega de limpar o terreno, decompondo as hastes que ficaram; o plantio é feito na lama, quando as águas começam a baixar; nesse momento, a vegetação natural da várzea ainda não cresceu, o que significa que não há processo de queima da vegetação, prática comum a outras culturas. Por fim, mesmo com todos os entraves, a cultura de juta e de malva é fonte de renda para mais de 15 mil famílias ribeirinhas apenas no estado do Amazonas. Esse dado é extremamente importante, pois ajuda na fixação desses trabalhadores no campo, impedindo, dessa forma, a migração deles para as grandes cidades, onde o desemprego estrutural está presente.

Portanto, uma ampla revitalização do setor de aniagem nos estados do Amazonas e do Pará só poderá ser possível se forem consideradas as experiências positivas e negativas do passado, estabelecendo um diálogo horizontal e vertical entre produtores, empresários e governo, visando à organização e à diversificação da cadeia produtiva, a partir, fundamentalmente, da abertura de novos mercados e do desenvolvimento de novos produtos. Nesse processo, o Estado tem que ser o grande agente fomentador, como ocorre na Índia, de onde vem as lições para a Amazônia.

REFERÊNCIAS

CENSUS OF INDIA 2011. *Census Data Online*. Disponível em: <www.censusindia.gov.in>. Acesso em: jun. 2013.

CHAKRABARTY, Dipesh. *Rethinking Working-Class History: Bengal 1890-1940*. Princeton University Press: New Jersey, 1989.

CHAUDHURY, Nibaran Chandra. *Jute in Bengal*. W. Newman & Co., Ltd.: Calcutta, 1921.

CLARK, William Alexander Graham. *Linen, Jute, and Hemp Industries in the United Kingdom: with notes on the growing and manufacture of jute in India*. Special Agents Series, n. 74. Department of Commerce: Washington, 1913.

COMISSÃO ESTADUAL DE PLANEJAMENTO AGRÍCOLA/CEPA/PA: juta/malva – Situação atual. Belém: CEPA, 1978.

COMMISSION FOR AGRICULTURAL COSTS AND PRICES. *Questionnaire for Price Policy for Jute/Mesta for 2011-2012 season*. Information required from Jute Commissioner, Min. of Textiles, 2012.

FERREIRA, Aldenor da Silva. *Fios dourados dos trópicos: culturas, histórias, singularidades e possibilidades (juta e malva - Brasil e Índia)*. 2016. 488 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP.

HOMMA, Alfredo Kingo Oyama. A imigração japonesa no estado do Amazonas e a expansão da juta no médio e Baixo Solimões. In: WITKOSKI A. C. et al. *A cultura da juta e da malva na Amazônia Ocidental: sementes de uma nova racionalidade ambiental?* São Paulo: Annablume, 2010.

MARX, Karl. *Os Resultados Eventuais da Dominação Britânica na Índia*. *New York Daily Tribune*, 1853. Disponível em: <<https://www.marxists.org>>. Acesso em: 5 de set. 2015.

NODA, Sandra do Nascimento. *As relações de trabalho na produção amazonense de juta e malva*. 1985. 159f. Dissertação (Mestrado em Agronomia) – Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz da Universidade de São Paulo, Piracicaba, São Paulo.

PINTO, José Maria. *Aspectos Econômicos da Juta na Amazônia*. Cadernos da Amazônia. Manaus: Inpa, 1966.

REPORT INDIAN JUTE MILLS ASSOCIATION. Disponível em: <<http://www.ijma.org/>>. Acesso em: 5 maio 2014.

REPORT ON THE MARKETING OF JUTE AND JUTE PRODUCTS. Second Report. Indian Central Jute Committee, 1941.

ROUL, Chhabilendra. *International Jute Commodity System*. New Delhi: Northern Book Centre, 2009.

STATE WISE & DISTRICT WISE NAMES OF JUTE MILLS IN INDIA. Indian Jute Mills Association, *Industry at a Glance*, 2014. Disponível em: <<http://www.ijma.org/industry-at-a-glance.html>>. Acesso em: 10 nov. 2014.

WRIGHT, Rita P. et al. New evidence for jute (*Corchorus capsularis* L.) in the Indus civilization. *Archaeological and Anthropological Sciences*, v. 4, n. 2, p. 137-143, jun. 2012.